

CENSO SUAS

CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE

2014



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Governador do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Floriano Pesaro

Secretário Adjunto

Felipe Sartori Sigollo

Chefe de Gabinete

Mendy Tal

Coordenadora de Gestão Estratégica

Marina Amadeu Batista Bragante

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Marina Amadeu Batista Bragante

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Márcia Lima Bandeira

CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DO TEXTO

Grupo de Monitoramento e Avaliação

Itagira de Sena Pires

Márcia Lima Bandeira

Milton de Freitas Nunes

Priscila de Souza

Contato pelo e-mail: infosocial@sp.gov.br

VALIDAÇÃO TÉCNICA:

Conselho Estadual de Assistência Social/Coordenadoria de Desenvolvimento Social/CDS

Isabel Cristina Martim

COMUNICAÇÃO

Departamento de Comunicação

Denise M. Valsechi Púlici (divulgação)

Odilo Rio Branco (arte da capa)

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (EDESP)

Maria Isabel L. da Cunha Soares (divulgação)

André Luiz Machado de Lima (divulgação)

S241a São Paulo (*Estado*). *Secretaria de Desenvolvimento Social*.

Censo SUAS: Conselhos Municipais e Estadual – Estado de São Paulo 2014 [recurso eletrônico] / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2015.

77 p.: gráfs., tabs.

Formato: Adobe Acrobat Document (pdf.)

Modo de acesso: Internet. -- (Censo SUAS)

ISBN 978-85-7299-018-9 (recurso eletrônico)

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social 3. Diagnóstico da Assistência Social 4. Planejamento da Assistência Social 5. Gestão da Assistência Social 6. Conselhos de Assistência Social I. Título. II. Série.

CDU 364.07:35.075.1

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação, Biblioteca e Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Social
Claudete Manoel dos Santos (bibliotecária)
Juliana Subino Teixeira (apoio)

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
CONSELHOS MUNICIPAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL	9
LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES	10
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL.....	11
SECRETARIA EXECUTIVA	14
DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	15
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS.....	20
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25
LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO	25
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL	25
SECRETARIA EXECUTIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	26
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL	29
BIBLIOGRAFIA	30
ANEXO A – TABELAS CONSELHOS MUNICIPAIS	32
BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES	32
BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO	34
BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA	41
BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	43
BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	56
ANEXO B – TABELAS CONSELHO ESTADUAL	60
IDENTIFICAÇÃO.....	60
BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES	60
BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA	67
BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	67
BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	74
BLOCO 7 – CONSELHEIROS	76

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo é responsável pela coordenação e avaliação da política de Assistência em âmbito estadual.

O Estado tem hoje uma política de Assistência Social fortalecida, concebida como direito do cidadão, abrangendo a grande maioria da população sujeita a toda sorte de vulnerabilidades sociais decorrentes de conjunturas, contextos ou processos produtores de pobreza e desigualdades sociais. O Sistema Único de Assistência Social /SUAS aprovado em 2005, normatizou a gestão das ações sócio assistenciais ancoradas na legislação e na obediência ao pacto federativo; introduziu uma nova organização dos serviços sócio assistenciais hierarquizados em proteção social básica e especial.

No Estado de São Paulo opera uma expressiva rede socioassistencial integrada por ações de iniciativa pública e da sociedade civil que ofertam um conjunto de serviços, programas e benefícios a indivíduos e grupos afetados pela pobreza e privações.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica, desta secretaria, mantém um processo de registro, monitoramento e avaliação das estruturas, recursos e ações de proteção social realizadas pelos municípios e pela própria Secretaria de Desenvolvimento Social.

Com o propósito de compartilhar e dar transparência as ações da Política de Assistência Social, apoiados na publicação do Censo Suas 2015, a CGE apresenta o conjunto de indicadores e resultados referentes as estruturas e ações desenvolvidas por esta política no Estado de São Paulo.

O Censo Suas é um instrumento de grande valia para o entendimento e o planejamento das ações na área da assistência social, pois apresenta periodicamente dados consolidados do Brasil; com base neste, o presente documento destaca os dados para o Estado de São Paulo, de acordo com a realidade descrita pelos municípios paulistas.

A série Censo Suas apresentada aqui em sete volumes temáticos possui uma introdução contextual e dados referentes aos recursos e ação desenvolvidas. Compreendendo que a publicação não esgota a diversidade de análises dos dados, no Anexo são apresentadas todas as tabelas do Censo referentes ao tema, sempre com os dados para o Estado de São Paulo.

Cada volume contém gráficos, tabelas e análises permitindo melhor mensuração dos aspectos abordados, considerando novos temas do Censo e, ainda, sempre que possível, efetuando comparações com os resultados do Censo anterior.

Este volume apresenta o tema **Conselhos Municipais e Estaduais** contendo, além da introdução contextual, dados referentes a: identificação, estrutura física, serviços e recursos humanos.

Conhecendo melhor as atribuições dos Conselhos, verifica-se a importância da sua efetivação na defesa da política pública de assistência social no Estado de São Paulo. No ano de 2014, dos 645 municípios, 598 afirmaram possuir Conselho Municipal de Assistência Social, dos quais, 437 com regimento interno. Estamos avançando!

Boa Leitura!

Floriano Pesaro

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social



CONSELHO MUNICIPAL

CONSELHOS MUNICIPAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL

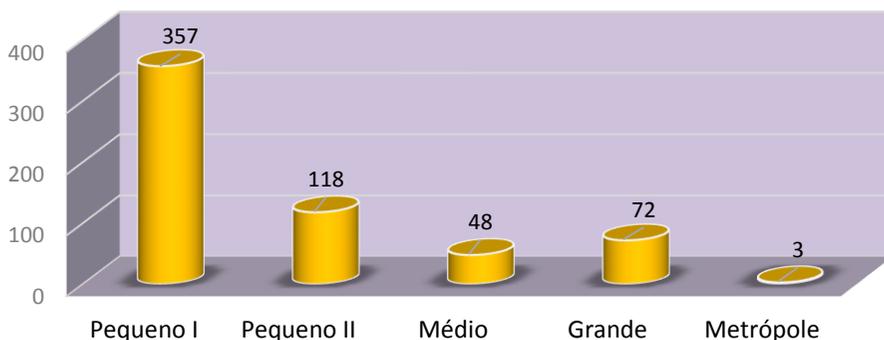
Para analisar os resultados do CENSO SUAS 2014, com relação ao desempenho dos Conselhos Municipais de Assistência Social, são necessárias algumas considerações sobre o seu papel e a sua importância no fortalecimento do SUAS.

As legislações que organizam a política de assistência social em sistema único, de maneira geral, regulamentam que os Conselhos de Assistência Social tem a diretriz da participação popular por meio de organizações representativas na formulação e controle das ações; tem a responsabilidade na inscrição, funcionamento e aprovação de planos para celebração de convênios das entidades e organizações da área com os entes federados; se utilizam dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Suas e do Programa Bolsa Família - IGDPBF para o seu fortalecimento; estabelecem critérios para o repasse de recursos financeiros do Estado para os Municípios para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais; são instâncias deliberativas do Suas formal com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil e, estão vinculadas aos órgãos gestores para a manutenção e garantia de despesas; tem por princípio a garantia incondicional do exercício do direito à participação democrática dos usuários, com incentivo e apoio à organização de fóruns, Conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares, potencializando práticas participativas; aprova ou revisa o planejamento da gestão para o alcance de metas de aprimoramento do SUAS; e acompanha a execução dos Planos de Providências. E, estas funções e responsabilidades estão previstas no artigo 204 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 9, 10, 22 e 24 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993; nas alterações dos artigos 6, 9, 22 e 24 e na inclusão do parágrafo 4º do artigo 12-A, na inclusão dos artigos 13 e 16 da Lei nº 12.435 de 2011 que altera a LOAS; e nos artigos 6, 32, 40 e 42 da Norma Operacional Básica (NOB) SUAS de 2012.

Conhecendo melhor as atribuições dos Conselhos, verifica-se a importância da sua efetivação na defesa da política pública de assistência social no Estado de São Paulo. No ano de 2014, dos 645 municípios do Estado, 598 responderam ao questionário “Conselho de Assistência Social” e afirmaram possuir Conselho Municipal de Assistência Social¹, são 4 municípios a mais que no ano anterior, que teve 554 municípios que responderam este questionário. A distribuição dos municípios por porte esta demonstrada no gráfico a seguir.

¹ Consultando o sistema PMAS – Plano Municipal de Assistência Social da SEDS, nos anos de 2013 e 2014 todos os 645 municípios do estado declararam possuir Conselho Municipal de Assistência Social.

GRÁFICO 1: NÚMERO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR PORTE POPULACIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

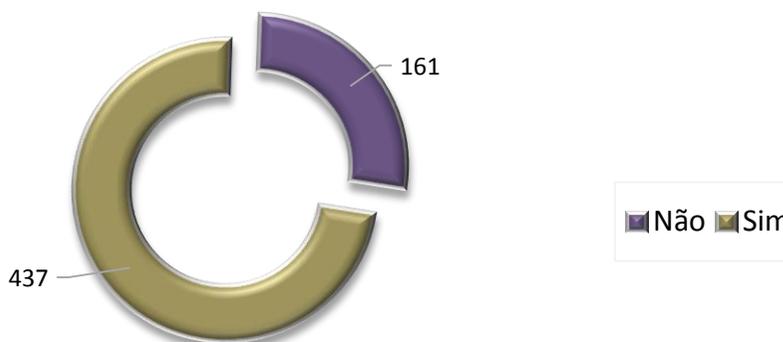
Considerando que todos os municípios do Estado de São Paulo já possuem Conselhos Municipais de Assistência Social, percebe-se que 47 deles não responderam ao questionário sobre o tema apresentado.

LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Há 26 anos, a Constituição Federal de 1988, no item II do artigo 204, estabelece como diretriz, na área de assistência social, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Observa-se que, no Estado de São Paulo, o período de 1995 a 2004, houve a criação de 555 Conselhos Municipais de Assistência Social, ou seja, 93,1% dos Conselhos que responderam o Censo.

Dos 598 municípios que responderam ao CENSO SUAS, os dados apontam que em 333 houve alteração na lei de criação dos Conselhos. O maior período destas ocorrências, foram entre os anos de 2009 a 2014. Entre o universo de 598 Conselhos Municipais, 437 possuem regimento interno, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Chama a atenção que, o período onde ocorreram mais atualizações foi de 2009 a 2014, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE CONSELHOS MUNICIPAIS QUE POSSUEM REGIMENTO INTERNO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL

Na LOAS, Lei n.º 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, em seu artigo 6º, são apresentados os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a organização da forma descentralizada e participativa, os quais integram os entes federativos, os respectivos Conselhos de Assistência Social, bem como as entidades e organizações da área. O parágrafo 4º do artigo 12-A descreve o apoio financeiro da União para o aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Suas, para a utilização no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social e que o percentual dos recursos transferidos deverá ser gasto com atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados, na forma fixada pelo ente federal, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e de gratificações de qualquer natureza ao servidor público.

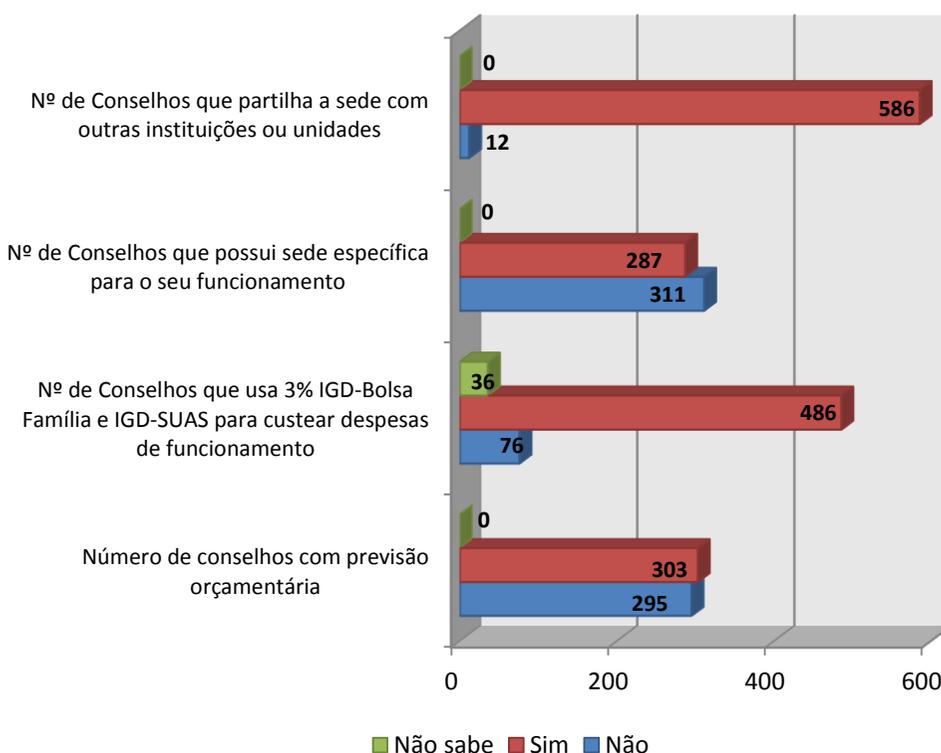
Os dados demonstram que em 2014, existiam 303 Conselhos que possuíam na lei orçamentária municipal, previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à sua manutenção e funcionamento. Isto demonstra que, na comparação com o ano de 2013, houve um aumento de 6,6%, dentre os que responderam o CENSO SUAS.

Os Índices de Gestão Descentralizada do SUAS e do Programa Bolsa Família (PBF) foram criados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e são instrumentos de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos,

benefícios socioassistenciais (IGD-SUAS) e do PBF (IGD-PBF). Estes índices são utilizados como critério para repasse de recursos (quanto maior o índice, maior o repasse), podem inclusive ser destinados ao apoio técnico e operacional aos Conselhos de Assistência Social, observado o percentual mínimo de 3% fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme estabelece o decreto n.º 7.636/2011. No caso do IGD-PBF, esse recurso somente é repassado ao Conselho, somente quando este é a instância de controle social do PBF e do Cadastro Único.

Em 2014, 486 (81,3%) Conselhos fizeram uso desses recursos para custear suas despesas. O gráfico 3, demonstra que, 287 Conselhos (48,0%) possuíam local/sede, específico para seu funcionamento e 311 (52,0%) não possuíam, os Conselhos que partilham a sede com outras instituições ou unidades, mesmo aqueles com local específico, somam 586 (98,0%) dos que responderam.

GRÁFICO 3: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS QUE FAZEM USO DOS 3% DOS ÍNDICES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (IGD-BOLSA FAMÍLIA E IGD-SUAS) PARA CUSTEAR DESPESAS DE SEU FUNCIONAMENTO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

Quanto aos equipamentos e materiais disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades, conforme demonstra a tabela 1, a quase totalidade dos Conselhos possui telefone de uso compartilhado (93,3%) e material de escritório (95,7%), enquanto menos da metade informou possuir fax (36,6%), veículo de uso compartilhado (77,3%), máquina copiadora (60,2%) e impressora (84,8%). Os recursos menos presentes eram telefone de uso exclusivo (10,5%), veículo de uso exclusivo (2,0%) e filmadora (6,4%).

TABELA 1: EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
Telefone de uso exclusivo do Conselho	63	10,5%
Telefone de uso compartilhado	558	93,3%
Material de escritório	572	95,7%
Equipamento de som	230	38,5%
Televisão (TV)	212	35,5%
DVD/Vídeo Cassete	166	27,8%
Fax	219	36,6%
Datashow	333	55,7%
Máquina Fotográfica	265	44,3%
Veículo de uso exclusivo	12	2,0%
Veículo de uso compartilhado	462	77,3%
Acervo bibliográfico	154	25,8%
Máquina Copiadora	360	60,2%
Filmadora	38	6,4%
Impressora	507	84,8%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Com relação à quantidade de computadores de uso exclusivo, em 2014, no universo de 598 Conselhos, 588 (98,3%) possuíam acesso à internet. Conforme demonstrado na tabela abaixo, apenas 10 Conselhos ainda não estão interligados à rede web.

TABELA 2: COMPUTADORES DE USO DO CONSELHO (EXCLUSIVOS E COMPARTILHADOS) COM ACESSO À INTERNET, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Quantidade de computadores	Quantidade de Conselhos	%
0	10	1,7
1	260	43,5
2	155	25,9
3	84	14,0
4	45	7,5
5	13	2,2
7	26	4,3
11	5	0,8
Total	598	100

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

SECRETARIA EXECUTIVA

No Estado de São Paulo, em 2014, 387 Conselhos (64,7% do total) possuíam Secretaria Executiva, sendo que, destes, 361 (93,3%) declararam possuir uma pessoa designada para ocupar o referido cargo. Em 69 Conselhos, o Servidor designado é exclusivo.

Dentre os 459 designados, 172 (44,4%) trabalhavam exclusivamente no Conselho. A escolaridade do responsável pela Secretaria Executiva pode ser verificada na (Tabela 3), sendo que 248 possuem nível superior e 73 desses têm pós-graduação. No entanto, foi apurado também que uma pessoa designada para ocupar o cargo de Secretário Executivo possui ensino fundamental.

TABELA 3: ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA EXECUTIVA, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

	Quantidade de Conselhos	%
Nível Fundamental Completo	1	0,3
Nível Médio Completo	39	10,8
Nível Superior Completo	248	68,7
Pós-graduação completa	73	20,2
Total	340	100

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Em relação ao horário de funcionamento dos Conselhos, em horas na semana, a maior frequência verificada no Estado foi de menos de 40 horas (57,5%) acima de 49 horas (41,1% dos casos) e de 40 a 49 horas (0,8% dos casos). A maioria dos Conselhos (65,6%) informou que realiza reuniões ordinárias mensalmente, sendo que em 597 (99,8%) todas as reuniões são registradas em ata (apenas 1 Conselho declarou não registrar nenhuma reunião em ata).

Quanto à forma que o Conselho publicita suas atas, 464 (77,7%) as disponibilizam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária e apenas 19 (3,2%) divulgam no site do Conselho e 125 (20,9%) informaram que não publicitam. O gráfico 4 mostra todas as formas relatadas para publicitação das atas.

GRÁFICO 4: FORMA EM QUE AS ATAS DO CONSELHO SÃO PUBLICIZADAS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

A NOB SUAS 2012 detalha o papel dos Conselhos de assistência social e dentre as suas atribuições como agentes participantes da formulação, avaliação, controle e fiscalização da política, desde o seu planejamento até o efetivo monitoramento das ofertas e dos recursos destinados às ações a serem desenvolvidas, está a responsabilidade na discussão de metas e prioridades orçamentárias, no âmbito do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, para isso, podem realizar audiências públicas.

Dentre os 598 municípios que responderam o CENSO SUAS, 570 declararam possuir Plano Municipal de Assistência Social e 563 informaram que o Conselho deliberou sobre o referido Plano. Sobre as suas deliberações, 401 declararam que o Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo, para o ano de 2014.

A tabela 4, demonstra que, a maioria dos Conselhos (399 ou 67,2%) fiscalizam a rede socioassistencial pública e privada do SUAS. Sobre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, 150 (25,3%) fiscalizam apenas a rede socioassistencial pública, 27 (4,5%) apenas a rede socioassistencial privada e 18 (3,0%) não fiscalizam.

TABELA 4: O CONSELHO MUNICIPAL FISCALIZA OS SERVIÇOS? ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

	Quantidade de Conselhos	%
Não fiscaliza	18	3
Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS	399	67,2
Sim, apenas a rede socioassistencial privada do SUAS	27	4,5
Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS	150	25,3
Total	594	100

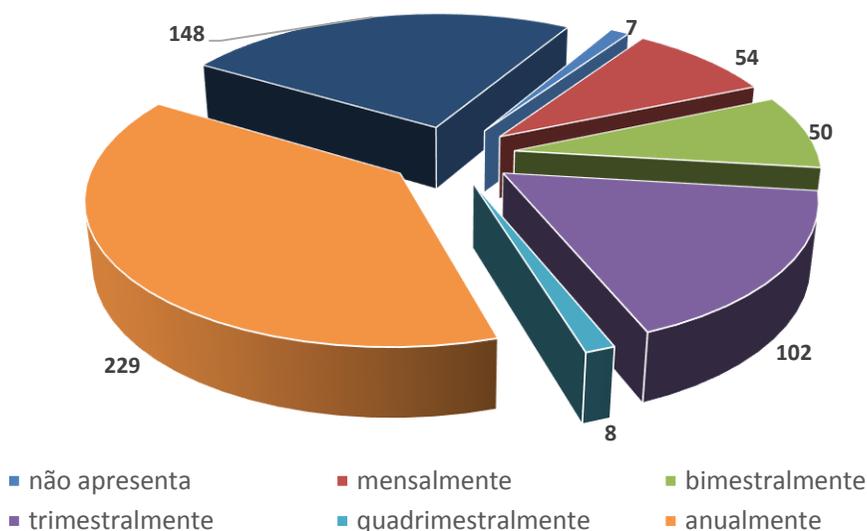
Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Dentre os 391 Conselhos que fiscalizam a rede socioassistencial, 352 (62,3%) têm planejamento das fiscalizações, realizadas anualmente e 213 (37,7%) fiscalizam somente mediante denúncia. Quanto à forma de realização da fiscalização, 114 (20,2%) fazem por meio de visitas, 95 (16,8%) por meio de análise de relatórios e 356 (63,0%) por ambas as formas.

Quando solicitado, 586 (98,0%) dos Conselhos disponibiliza informação detalhada e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

O gráfico 5, apresenta a frequência com que o gestor apresenta ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social, nota-se que a maioria apresenta anualmente.

GRÁFICO 5: FREQUÊNCIA COM QUE O GESTOR APRESENTA AO CONSELHO O RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

A maioria dos Conselhos apreciam e emitem parecer sobre o Plano de Ação Municipal de Assistência Social (563 ou 94,1%), o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro (581 ou 97,2%), referente à prestação de contas, e os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do Fundo de Assistência Social (535 ou 89,5%). Além disso, 409 Conselhos (68,4% do total) deliberam sobre os critérios de repasse de recursos para entidades.

Quanto ao Programa Bolsa Família, a maioria dos Conselhos é a instância de Controle Social do programa (449 ou 75,1%) e 480 (80,3%) fiscalizam e acompanham a sua execução. Com relação ao acompanhamento dos processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), 87 (14,5%) Conselhos acompanham com regularidade, 284 (47,5%) acompanham sem regularidade

e 227 (38,0%) não acompanham. O cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social é conhecido e acompanhado por 229 (38,3%) Conselhos.

Pouco mais da metade dos Conselhos não realizam ações como recebimento de denúncias, estes somam 325 conselhos, os que realizam reuniões ampliadas são 382 (no total independente da frequência), os que realizam reuniões descentralizadas são 142 (no total independente da frequência), os que fazem ações de mobilização social são 302 (no total independente da frequência), a realização de visitas nas unidades da rede socioassistencial são 534 (no total independente da frequência), e o acompanhamento das discussões do Poder Legislativo são 262 (no total independente da frequência). A tabela 5, demonstra a frequência de cada uma dessas ações recebidas ou realizadas.

TABELA 5: FREQUÊNCIA COM QUE O CONSELHO RECEBE E/OU REALIZA AS AÇÕES, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

	Nunca	Mensal	Trimestralmente	Semestral	Anual
Recebe denúncia	325	18	49	84	122
Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros);	216	18	97	103	164
Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho);	456	3	24	40	75
Realiza ações de mobilização social	296	5	24	92	181
Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	64	24	119	223	168
Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	336	27	89	59	87

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

A LOAS 1993, em seus artigos 9 e 10, estabelece a responsabilidade dos Conselhos Municipais de Assistência Social na inscrição para o funcionamento das entidades e organizações da área, na fiscalização destas entidades e organizações, além da aprovação dos planos para a celebração de convênios com os entes federados. Em 2014, o número

de entidades inscritas nos Conselhos Municipais foi de 4.537, ou seja, 66 entidades a mais que no ano anterior, que era de 4.471 entidades inscritas.

A média do estado de São Paulo é de 7,6 entidades por Conselho, no entanto na análise por porte populacional dos municípios, pode-se verificar que, essa média tem variação de 1,7 nos municípios de pequeno porte I e até 300 entidades nas metrópoles, conforme tabela abaixo.

TABELA 6: QUANTIDADE DE ENTIDADES COM INSCRIÇÃO NO CONSELHO, POR PORTE POPULACIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Porte_pop_2010	Nº Conselhos	Nº entidades	Media por Conselho
Pequeno I	357	598	1,7
Pequeno II	118	766	6,5
Médio	48	548	11,4
Grande	72	1725	24,0
Metrópole	3	900	300,0
Total	598	4537	7,6

Fonte: MDS, Censo SUAS 2013; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2013.

Houve regulamentação em 252 (42,1%) Conselhos por meio de resolução, no que tange aos parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos/benefícios socioassistenciais.

Um total de 421 (70,4%) conselhos já tinham estabelecido, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos. Existem 145 (24,2%) conselhos que acompanhavam a execução dos Planos de Ação, apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, assim como, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, inscritos no Conselho.

Questionados sobre o acompanhamento das deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social, 495 Conselhos (82,8% do total) informaram realizar tal acompanhamento. Por outro lado, não realizam acompanhamento, 17,2% (ou 103 Conselhos).

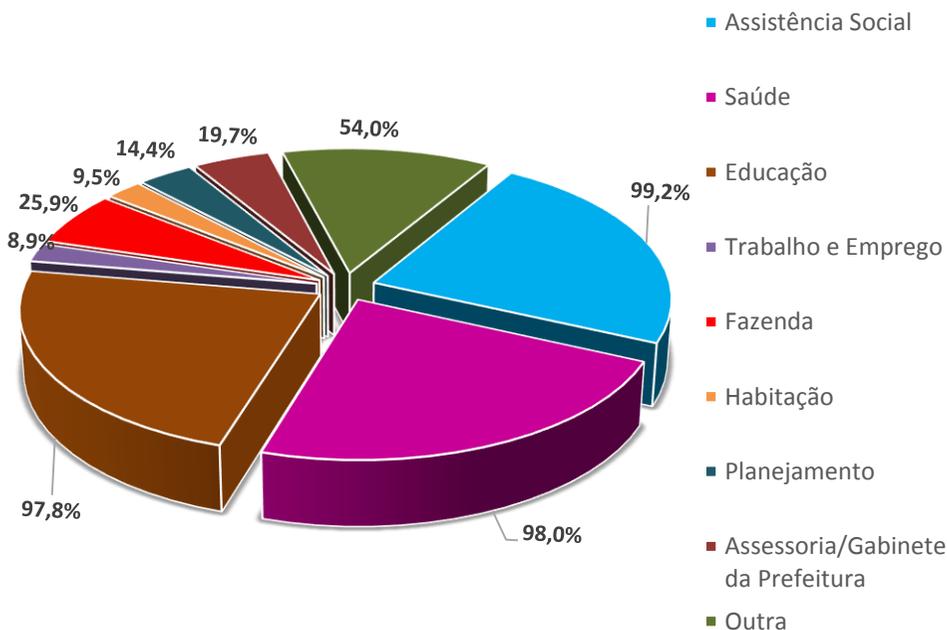
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Os conselhos municipais possuem na maioria dos casos mandato de 2 anos, são 539 conselhos (ou 90,3% do total). Em relação a recondução do conselheiro, em período igual ao mandato, existem 457 conselhos (ou 76,4% do total) que permitem uma única vez a recondução, em 99 conselhos (ou 16,6% do total) podem ser reconduzidos por 2 vezes e em 32 conselhos (ou 5,4% do total) não são estabelecidas regras de recondução no regimento ou na lei de criação do Conselho.

Em 582 (98,0%) Conselhos, o Presidente e o Vice-presidente são eleitos em suas reuniões plenárias, existe alternância entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil, em 454 (76,4%) Conselhos.

Com relação a representação, os dados demonstram que, do total de 598 Conselhos existem ainda, 31 Conselhos no estado de São Paulo, que não respeitam a paridade entre governo e sociedade civil. A representação governamental nos Conselhos Municipais, possui em maior quantidade, a presença das seguintes áreas: assistência social, saúde e educação. A representação de “Outra área”, somam 54% do total, seguida da Fazenda e da Assessoria do gabinete, respectivamente, como demonstrado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 6: ÁREAS DA GESTÃO MUNICIPAL QUE COMPOEM O CONSELHO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Sobre a representação da sociedade civil: são eleitos em assembleias, instaladas especificamente para esse fim, em 363 Conselhos (ou 60,7% do total), são indicados pelo poder público, em 72 conselhos (ou 12,0% do total) e existe uma combinação dos dois métodos anteriores, em 163 conselhos (ou 27,3% do total). A maioria dos representantes da sociedade civil são de entidades de assistência social.

No caso da participação do segmento de usuários, em 415 conselhos (ou 69,4%) Conselhos, os representantes de organizações de usuários têm direito a voto no processo de eleição e em 286 conselhos (ou 47,8%) são o próprio usuário que possui esse direito. A tabela 7 demonstra a representação dos Usuários nos Conselhos.

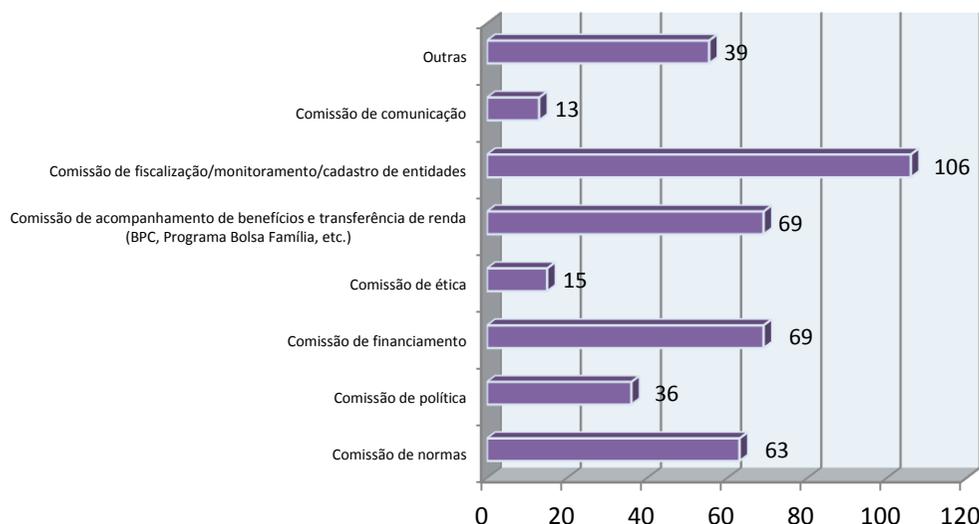
TABELA 7: REPRESENTANTES DE USUÁRIOS OU ORGANIZAÇÕES DE USUÁRIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

	Quantidade de Conselhos	%
Beneficiários do Programa Bolsa Família	218	36,5%
Beneficiário ou família de beneficiários do BPC? Benefício de Prestação Continuada	78	13,0%
Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica	341	57,0%
Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial	133	22,2%
Representante de associação comunitária ou de moradores	231	38,6%
Representante de fórum ou coletivo de usuários	56	9,4%
Outros	146	24,4%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Com relação as comissões permanentes, 174 Conselhos responderam que elas existem e funcionam. Por outro lado, 70,9% (ou 424 Conselhos) responderam negativamente à questão. As comissões permanentes que estão funcionando regularmente nos Conselhos estão representadas no Gráfico 7, abaixo.

GRÁFICO 7: COMISSÕES PERMANENTES QUE FUNCIONAM NOS CONSELHOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

Quanto à escolaridade, podem ser constatadas que, existem 18 Conselheiros sem escolaridade (ou 0,2% do total) e 7,9% com baixa escolarização. Existem 7.314 (81,2%) conselheiros que possuem ensino superior completo, considerando também, os que pos-

TABELA 08: QUANTIDADE DE CONSELHEIROS POR ESCOLARIDADE, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

	Quantidade de conselheiros	%
Sem escolaridade	18	0,2
Ensino Fundamental Incompleto	335	3,7
Ensino Fundamental Completo	356	4,0
Ensino Médio Incompleto	148	1,6
Ensino Médio Completo	2096	23,3
Ensino Superior Incompleto	467	5,2
Ensino Superior Completo	5218	57,9
Especialização	301	3,3
Mestrado	58	0,6
Doutorado	13	0,1
Total	9010	100

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

suem ensino médio completo e existem 950 (10,5%) conselheiros com ensino fundamental incompleto, incluindo os que possuem ensino médio e superior incompleto.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, novembro de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Censo SUAS 2014: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Unidades de Acolhimento. – Brasília, 2014.

São Paulo (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. Censo SUAS: Gestão e Conselhos – Estado de São Paulo 2014 - São Paulo, 2015.



CONSELHO ESTADUAL

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os Conselhos Estaduais de Assistência Social, assim como os Conselhos Municipais de Assistência Social, são instâncias de controle social e de deliberação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Possuem caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil e devem zelar pela aplicação das normas e resoluções da política pública. Por princípio da descentralização, tem o papel de assessoramento junto aos Conselhos Municipais, em parceria com o Conselho Nacional.

A partir das questões apresentadas no Censo SUAS 2014, se tem um panorama geral de como está organizado, e também como está a atuação do conselho estadual, diante da normativa estabelecida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na Norma Operacional Básica (NOB) SUAS 2012.

LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO

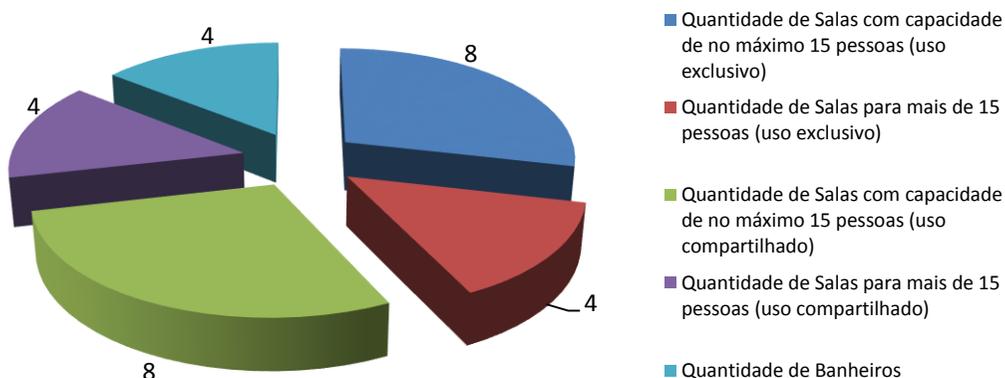
Segundo o Censo SUAS, o Conselho Estadual de Assistência Social foi criado em 1995 e foi regulamentado por lei, o regimento interno foi atualizado em 2012 e nele foram especificadas as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho, o processo de eleição da Presidência, da Vice-Presidência e dos representantes da sociedade civil, os trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos, a periodicidade das reuniões do Plenário e das reuniões das Comissões, as orientações sobre como serão publicadas as decisões do Plenário e os temas que devem ser regulados por meio de Resolução do Conselho.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL

Na lei orçamentária, de acordo com o Censo 2014, existia a previsão de recursos específicos do órgão gestor, destinados à manutenção e ao funcionamento do Conselho. O uso dos 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) é voltado para o custeio de suas despesas com o funcionamento.

Na sede onde está localizado o Conselho Estadual, foi identificado o funcionamento de outros conselhos e no espaço físico do prédio existem recepção, salas exclusivas e compartilhadas, conforme demonstra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1: USO EXCLUSIVO DE SALAS PELO CONSELHO ESTADUAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: **Fonte:** MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Os equipamentos e materiais disponíveis e em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades do conselho, em 2014, são os mesmos apontados em 2013, que eram: telefone de uso exclusivo; material de escritório; equipamento de som; televisão; DVD/vídeo cassete; fax; data show; máquina fotográfica; acervo bibliográfico; máquina copidora; impressora e 10 computadores de uso exclusivo, com acesso à internet.

SECRETARIA EXECUTIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Em 2014, na Secretaria Executiva, estão lotados 5 funcionários, havendo um com nível superior designado, ocupando o cargo de Secretário Executivo do Conselho, com cargo formalizado por meio de decreto e trabalhando exclusivamente no Conselho.

No calendário anual de reuniões em 2014, foram realizadas 18 reuniões e todas foram registradas em ata. As informações são publicizadas no site, mas não são enviadas aos conselheiros e/ou para as suas entidades e nem aos representantes e Organizações de Assistência Social, que não estão representadas no Conselho. A única forma utilizada é a disponibilização das atas em local de livre acesso a população usuária. A guarda do livro de atas, dos registros processados e das demais documentações do Conselho fica sob responsabilidade da Secretária Executiva, sendo que todas as deliberações e /ou resoluções são publicadas em Diário Oficial.

O Conselho Estadual analisou e emitiu parecer sobre o Plano de Ação Estadual da Assistência Social (último em 2011), o demonstrativo sintético anual da execução físico-

financeiro (prestação de contas), os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do fundo de assistência social. Deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2014 e também sobre os critérios de repasse de recursos para municípios. Declarou que, conhece e acompanha a implantação da NOB/SUAS 2012, possui responsabilidades como instância de controle social do Programa Bolsa Família, assim como fiscaliza e monitora a sua execução. Acompanha ainda, os processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social.

Em relação às atividades de fiscalização da rede socioassistencial, é possível identificar que o Conselho Estadual fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, tanto da rede pública quanto da privada, por meio de visitas e análise de relatórios. Quando solicitado, disponibiliza informações detalhadas e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo Conselho.

Dentre as informações declaradas pelo Conselho, destaca-se o recebimento de denúncias entre outras atividades e ações demonstradas na Tabela 1, na qual são observadas também a periodicidade das atuações.

TABELA 1: FREQUÊNCIA DAS ATIVIDADES E/OU AÇÕES REALIZADAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Tipo de atividade/ação	Frequência
Recebe denúncia	Mensalmente
Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros).	Semestralmente
Realiza reuniões descentralizadas (realizadas fora da sede do Conselho).	Semestralmente
Realiza ações de mobilização social	Semestralmente
Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	Nunca
Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	Nunca

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Percebe-se que o Gestor apresenta o relatório de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Social ao Conselho, trimestralmente, adotando a mesma dinâmica do MDS que por força da LOAS, deve encaminhar ao CNAS trimestralmente e anualmente, os relatórios de “atividades de realização financeira dos recursos” do FNAS. Contudo, a mesma legislação não estabelece prazo para os municípios e estados.

Ao considerar que, entre as funções atribuídas por lei aos conselhos estaduais está a de deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e o seu funcionamento, cabe destacar que o Conselho não regulamentou os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social, não delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades, mas o faz para o repasse de recursos aos municípios.

Atualmente, o Conselho Estadual não fornece inscrição para as entidades da área da assistência social, pois todos os 645 municípios possuem Conselhos Municipais. A Resolução CNAS n.º 16/2010, foi regulamentada, por meio de resolução própria, tendo estabelecido em resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. No entanto, os dados relativos ao total de entidades que, possuem inscrição no Conselho Estadual se mostraram inconsistentes. Ocorreu um decréscimo abrupto do número de entidades com inscrição no Conselho Estadual, em relação ao obtido no Censo SUAS 2013. Uma vez que não há garantia da qualidade desse dado, optamos por não os divulgar.

TABELA 2: PARÂMETROS NACIONAIS PARA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, (RESOLUÇÃO CNAS Nº 16/2010). ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Tipo de atividade/ação	Situação
O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria, a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	Sim
O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos com os respectivos critérios?	Não
O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	Não

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

No ano de 2014, alguns conselheiros estaduais fizeram curso de capacitação no modelo presencial, realizado pelos órgãos gestores estadual, federal e pelo próprio Conselho. Os Conselheiros também fizeram curso de capacitação, à distância.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL

Os Conselhos têm composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução do CNAS nº 237/2006 recomenda que o número de conselheiros não seja inferior a 10 membros titulares.

O Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo possui 24 conselheiros titulares e 24 conselheiros suplentes, com mandato de 3 anos podendo ser reconduzido por igual período por uma única vez. Os representantes da sociedade civil são eleitos em assembleias instaladas para esse fim.

Para o segmento de usuários, são os representantes e organizações de usuários que possuem direito à voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil e não o próprio usuário.

No segmento órgão público, o Conselho é composto por representantes das áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e emprego, fazenda, habitação e também: Justiça, Economia e Planejamento, Assembleia Legislativa, Universidade Pública Estadual, Fundo Social de Solidariedade e a Casa Civil. A sociedade civil tem representante de usuários, de organizações de usuários, de representantes de entidades da assistência social e das entidades dos trabalhadores do setor.

As comissões permanentes que funcionam atualmente no Conselho são: Comissão de normas, Comissão de política, Comissão de financiamento, Comissão de acompanhamento de Conselhos, Comissão de ética, Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda.

TABELA 3: COMISSÕES PERMANENTES EM FUNCIONAMENTO REGULAR NO CONSELHO ESTADUAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

COMISSÕES	
Comissão de normas	Sim
Comissão de política	Sim
Comissão de financiamento	Sim
Comissão de acompanhamento de conselhos	Sim
Comissão de ética	Sim
Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, etc.)	Sim
Comissão de fiscalização/monitoramento/cadastro de entidades	Não
Comissão de comunicação	Não
Outras	Não

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, novembro de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Censo SUAS 2014: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Unidades de Acolhimento. – Brasília, 2014.

São Paulo (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. Censo SUAS: Gestão e Conselhos – Estado de São Paulo 2014 - São Paulo, 2015.



ANEXOS

ANEXO A – TABELAS CONSELHOS MUNICIPAIS

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas, com os dados agregados do Censo SUAS 2014 - Questionário Conselho Municipal para o Estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Percentual (%) de preenchimento por porte

Porte	Quantidade de municípios segundo o porte	Quantidade de conselhos municipais que responderam o Censo SUAS 2014	Percentual
Pequeno I	401	357	89,0%
Pequeno II	120	118	98,3%
Médio	49	48	98,0%
Grande	72	72	100,0%
Metrópole	3	3	100,0%
Total	645	598	92,7%

Questão 1 – Ano de publicação do instrumento que criou o Conselho

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Até 1994	17	2,9
De 1995 a 1997	481	80,7
De 1998 a 2004	57	9,6
De 2005 a 2008	22	3,7
De 2009 a 2014	19	3,2
Total	596	100,0

Questão 2_Houve alteração da Lei original por alguma Lei posteriormente aprovada?

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Não	263	44,1
Sim	333	55,9
Total	596	100,0

Questão 3_Ano de alteração da Lei original do Conselho

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
De 1995 a 1997	17	5,1
De 1998 a 2004	51	15,3
De 2005 a 2008	76	22,8
De 2009 a 2014	189	56,8
Total	333	100,0

Questão 4_Esse conselho possui regimento interno?

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Não	161	26,9
Sim	437	73,1
Total	598	100,0

Questão 5_Ano da última atualização do Regimento

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Até 1994	3	0,7
De 1995 a 1997	107	24,5
De 1998 a 2004	59	13,5
De 2005 a 2008	54	12,4
De 2009 a 2014	213	48,9
Total	436	100,0

BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO

Questão 6 – Quais conteúdos estão previstos nas normativas do Conselho e em que instrumento está normatizado?

	Lei do Conselho	Regimento Interno	Outras Normativas	Não está normatizado
Processo de eleição da Presidência e Vice-Presidência	359	332	29	33
Processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil	404	269	32	51
Alternância na Presidência do Conselho entre representantes do governo e da sociedade civil	258	219	29	186
Trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos	289	345	17	73
Atribuições da Presidência do Conselho	240	376	17	67
Atribuições da Vice-Presidência do Conselho	214	365	17	88
Atribuições da Secretaria Executiva do Conselho	191	285	41	166
Quantidade de vagas destinadas a representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil	462	194	10	61
Quantidade de vagas destinadas a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil	445	191	11	81

Continua

Continuação

	Lei do Conselho	Regimento Interno	Outras Normativas	Não está normatizado
Quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil	476	199	12	47
Periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário	256	347	23	92
Prazo para aprovação do Calendário anual de reuniões ordinárias	101	213	28	305
Procedimentos para criação de grupos de trabalho temporários e permanentes	105	235	25	289
Formas de funcionamento das comissões permanentes	93	228	28	284
Antecedência de divulgação da pauta das reuniões ordinárias	86	238	38	273
Forma de publicização (modo pelo qual a sociedade pode tomar conhecimento da informação pública) das atas do Conselho	140	219	51	243
Meio em que são publicadas as resoluções do Conselho (diário oficial, jornal etc)	158	223	64	213
Os temas que devem ser regulados por meio de Resolução desse conselho	126	190	49	289
A indicação das condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno	155	242	25	229
Total de Conselhos que responderam			598	

Questão 7_ Na lei orçamentária de 2014 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Não	295	49,3
Sim	303	50,7
Total	598	100,0

Questão 8_ Os 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) são destinados a custear despesas do funcionamento do Conselho?

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Não	76	12,7
Sim	486	81,3
Não sabe	36	6,0
Total	598	100,0

Questão 9_ O Conselho possui local/sede específico para o seu funcionamento?

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Não	311	52,0
Sim	287	48,0
Total	598	100,0

Questão 10_ No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades?

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
Não	12	2,0
Sim	586	98,0
Total	598	100,0

Questão 11 – Quais instituições ou organizações funcionam no prédio em que se localiza o Conselho

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
q11_1_Secretaria de Assistência Social ou congêneres	440	75,1%
q11_2_Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Sede de Governo, Administração Regional, etc)	31	5,3%
q11_3_CRAS	72	12,3%
q11_4_CREAS	17	2,9%
q11_5_Outra unidade pública de serviços da Assistência Social	27	4,6%
q11_6_Unidade de Saúde	3	0,5%
q11_7_Escola	1	0,2%
q11_8_Associação Comunitária	0	0,0%
q11_9_ONG/Entidade	1	0,2%
q11_10_Conselho Tutelar	41	7,0%
q11_11_Outros Conselhos	155	26,5%
q11_99_Outros	42	7,2%
Total de Conselhos que responderam	586	

Salas de uso exclusivo do Conselho

	Soma
q12a_Quantidade de Salas de uso exclusivo do Conselho com capacidade de no máximo 15 pessoas:	249
q12b_Quantidade de Salas de uso exclusivo do Conselho para mais de 15 pessoas:	103

Salas de uso compartilhado do Conselho (quando existir)

	Soma
q12c_Quantidade de Salas de uso compartilhado com capacidade de no máximo 15 pessoas:	534
q12d_Quantidade de Salas de uso compartilhado para mais de 15 pessoas	372

Questão 12_exclusivas_categoria_Total de salas exclusivas em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Nenhuma sala	352	58,9
1 sala	169	28,3
De 2 a 3 salas	71	11,9
De 4 a 5 salas	5	0,8
8 ou mais salas	1	0,2
Total	598	100,0

Questão 12_compartilhadas_categoria_Total de salas compartilhadas em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Nenhuma sala	62	10,4
1 sala	275	46,0
De 2 a 3 salas	237	39,6
De 4 a 5 salas	18	3,0
De 6 a 7 salas	4	0,7
8 ou mais salas	2	0,3
Total	598	100,0

Questão 12_total_salas_categoria_Total de salas (exclusivas e compartilhadas) em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Nenhuma sala	10	1,7
1 sala	217	36,3
De 2 a 3 salas	287	48,0
De 4 a 5 salas	70	11,7
De 6 a 7 salas	8	1,3
8 ou mais salas	6	1,0
Total	598	100,0

Questão 12e_Quantidade de Banheiros:

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
0	17	2,8
1	197	32,9
2	259	43,3
3 ou mais	125	12,0
Total	598	100,0

Questão 12f_Possui Recepção?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	146	24,4
Sim	452	75,6
Total	598	100,0

Condições de Acessibilidade

	Não possui	Sim, de acordo com a Norma da ABNT NBR9050	Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT NBR9050	Total
q13a_Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho	193	190	215	598
q13b_Rota acessível aos espaços do Conselho (recepção, salas de reunião e espaços de uso coletivo)	166	177	255	598
q13c_Rota acessível ao banheiro	191	180	227	598
q13d_Banheiro adaptado para pessoas com deficiência	366	131	101	598

Questão 14 – Quais os equipamentos e materiais disponíveis, em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades deste Conselho:

	Quantidade de conselhos	Percentual (%)
q14_1_Telefone de uso exclusivo	63	10,5%
q14_2_Telefone de uso compartilhado	558	93,3%
q14_3_Material de Escritório	572	95,7%
q14_4_Equipamento de som	230	38,5%
q14_5_Televisão (TV)	212	35,5%
q14_6_DVD/Vídeo Cassete	166	27,8%
q14_7_Fax	219	36,6%
q14_8_Datashow	333	55,7%
q14_9_Máquina Fotográfica	265	44,3%
q14_10_Veículo de uso exclusivo	12	2,0%
q14_11_Veículo de uso compartilhado	462	77,3%
q14_12_Acervo bibliográfico	154	25,8%
q14_14_Máquina Copiadora	360	60,2%
q14_15_Filmadora	38	6,4%
q14_16_Impressora	507	84,8%
Total de Conselhos que responderam	598	

Questão 15a e b – Quantidade de computadores de uso exclusivo do Conselho

	Soma
q15a_Indique a quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho:	330
q15b_Quantos dos computadores de uso exclusivo do Conselho estão conectados à internet	293

Questão 15c e d – Quantidade de computadores de uso exclusivo do Conselho conectados à internet

	Soma
q15c_Indique a quantidade total de computadores de uso compartilhado:	1033
q15d_Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à internet:	1027

Questão 15_total_Quantidade total de computadores (exclusivos e compartilhados) em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
0	5	0,8
1	253	42,3
2	157	26,3
3	86	14,4
4	50	8,4
5	15	2,5
De 6 a 10	26	4,3
Mais de 10	6	1,0
Total	598	100,0

Questão 15_total_net_Quantidade total de computadores (exclusivos e compartilhados) conectados à internet em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
0	10	1,7
1	260	43,5
2	155	25,9
3	84	14,0
4	45	7,5
5	13	2,2
De 6 a 10	26	4,3
Mais de 10	5	0,8
Total	598	100,0

BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA

Questão 16_O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	211	35,3
Sim	387	64,7
Total	598	100,0

Questão 16 – Cruzamento - O Conselho possui Secretaria Executiva segundo porte

	Não		Sim		Total	
	Quantidade de Conselhos	%	Quantidade de Conselhos	%	Quantidade de Conselhos	%
Pequeno I	159	44,5%	198,0	55,5%	357,0	100%
Pequeno II	37	31,4%	81	68,6%	118,0	100%
Médio	10	20,8%	38	79,2%	48,0	100%
Grande	5	6,9%	67	93,1%	72,0	100%
Metrópole	0	0,0%	3	100,0%	3,0	100%
Total	211	35,3%	387	64,7%	598,0	100%

Questão 17_1_Quantidade de funcionários exclusivos da Secretaria Executiva do Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
0	215	55,6
1	129	33,3
2	28	7,2
3	11	2,8
4	1	0,3
5	1	0,3
7	2	0,5
Total	387	100,0

Questão 17_2_Quantidade de funcionários não exclusivos da Secretaria Executiva do Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
0	100	25,8
1	207	53,5
2	58	15,0
3	13	3,4
4	6	1,6
7	3	0,8
Total	387	100,0

Questão 18_ Atualmente, há uma pessoa designada para ocupar o cargo de Secretário Executivo do Conselho?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	26	6,7
Sim	361	93,3
Total	387	100,0

Questão 19_O(a) Secretário(a) Executivo(a) trabalha exclusivamente no Conselho?

	Não		Sim		Total	
	Quantidade Conselhos	%	Quantidade Conselhos	%	Quantidade Conselhos	%
Pequeno I	177	94,1%	11,0	5,9%	188,0	100,0%
Pequeno II	63	88,7%	8	11,3%	71,0	100,0%
Médio	26	70,3%	11	29,7%	37,0	100,0%
Grande	26	41,9%	36	58,1%	62,0	100,0%
Metrópole	0	0,0%	3	100,0%	3,0	100,0%
Total	292	80,9%	69	19,1%	361,0	100,0%

BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Questão 20_ Qual a escolaridade do responsável pela Secretaria Executiva?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Pós-graduação Completa	73	20,2
Nível Superior Completo	248	68,7
Nível Médio Completo	39	10,8
Nível Fundamental Completo	1	0,3
Total	361	100,0

Questão 21_1_ Horário de funcionamento - dias por semana

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
1 dia por semana	159	26,6
2 dias por semana	38	6,4
3 dias por semana	11	1,8
4 dias por semana	3	0,5
5 dias por semana	381	63,7
7 dias por semana	6	1,0

Total	598	100,0
Questão 21_2_Horário de funcionamento - horas por dia		
	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
1 hora por dia	48	8,0
2 horas por dia	81	13,5
3 horas por dia	32	5,4
4 horas por dia	66	11,0
5 horas por dia	5	0,8
6 horas por dia	70	11,7
7 horas por dia	18	3,0
8 horas por dia	262	43,8
9 horas por dia	12	2,0
10 horas por dia	3	0,5
24 horas por dia	1	0,2
Total	598	100,0

D21_horas_por_semana_categoria_Total de horas por semana que o Conselho encontra-se em funcionamento

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Menos de 10 horas/semana	203	33,9
De 10 a 19 horas/semana	33	5,5
De 20 a 29 horas/semana	32	5,4
De 30 a 39 horas/semana	76	12,7
De 40 a 49 horas/semana	246	41,1
Mais de 49 horas/semana	5	0,8
Total	595	99,5
Sistema	3	0,5
	598	100,0

QUESTIONAR MDS SOBRE DIFERENÇA NOS DADOS E REFAZER A TABELA

Questão 22_O Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	206	34,4
Sim	392	65,6
Total	598	100,0

Questão 23_Quantidade de reuniões plenárias (ordinárias e extraordinárias) realizadas no Conselho no ano de 2013

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
De 1 a 3	3	0,5
De 4 a 6	89	14,9
De 7 a 9	95	15,9
De 10 a 15	290	48,5
Acima de 15	121	20,2
Total	598	100,0

Questão 24_As reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Conselho são registradas em ata?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Nenhuma das reuniões é registrada em ata	1	0,2
A metade das reuniões é registrada em ata	3	0,5
A maioria das reuniões é registrada em ata	31	5,2
Todas as reuniões são registradas em ata	563	94,1
Total	598	100,0

Questão 25 – Local de publicação das atas

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
q25_0_Não são publicizadas	125	20,9%
q25_1_Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária	464	77,7%
q25_2_São enviados aos Conselheiros e/ou suas entidades	74	12,4%
q25_3_São enviados às entidades de Assistência Social que não estão representadas no conselho	14	2,3%
q25_4_São enviados aos representantes e organizações de usuários que não estão representadas no conselho	6	1,0%
q25_5_São enviados às organizações e entidades de trabalhadores do setor não representados no conselho	4	0,7%
q25_6_Disponibilizados no site do Conselho	19	3,2%
q25_7_Em Boletins produzidos pela área de assistência social	9	1,5%
Total de Conselhos que responderam	597	

Questão 26_As deliberações/resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Nenhuma das deliberações resoluções é publicada	262	43,8
A minoria das deliberações resoluções é publicada	78	13,0
A metade das deliberações resoluções é publicada	8	1,3
A maioria das deliberações resoluções é publicada	73	12,2
Todas as deliberações resoluções são publicadas	177	29,6
Total	598	100,0

Questão 27_O município (ou estado no caso de CEAS, ou DF no caso do CAS/DF), tem Plano de Assistência Social?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	28	4,7
Sim	570	95,3
Total	598	100,0

Questão 28_O Conselho deliberou sobre o Plano de Assistência Social do município (ou do Estado no caso do CEAS, ou do DF no caso do CAS/DF)?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	7	1,2
Sim	563	94,1
Total	570	95,3

Questão 29 – Temas discutidos pelo Conselho

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
q29_1_Plano de Ação	567	94,8%
q29_2_Demonstrativo de Execução Físico-Financeira	580	97,0%
q29_3_Plano de Assistência Social	561	93,8%
q29_4_Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	275	46,0%

q29_5_Financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais	492	82,3%
		Continua
Continuação		
q29_6_Deliberações da(s) Conferência(s)	470	78,6%
q29_7_Planejamento das atividades do Conselho	417	69,7%
q29_8_Acompanhamento do Programa Bolsa Família	421	70,4%
q29_9_Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada	233	39,0%
q29_10_Inserção de usuários do BPC no BPC na escola e no BPC trabalho	121	20,2%
q29_11_Benefícios eventuais	259	43,3%
q29_12_Implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica	389	65,1%
q29_13_Implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial	304	50,8%
q29_14_Inscrição de entidades de assistência social	426	71,2%
q29_15_Fiscalização da oferta de serviços públicos e privados de assistência social	397	66,4%
q29_16_Mobilização de usuários da Assistência Social para integração ao mundo do trabalho	103	17,2%
q29_17_Intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social	194	32,4%
q29_18_Participação popular e mobilização social	175	29,3%
q29_19_Capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros	343	57,4%
q29_20_Utilização de no mínimo 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades do Conselho	392	65,6%
q29_21_Avaliação da evolução do SUAS no âmbito municipal ou estadual	245	41,0%
q29_22_Denúncias	214	35,8%

q29_99_Outros	27	4,5%
Total de Conselhos que responderam		598

Questão 30_ O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento em seu município (ou no Estado no caso de CEAS, ou no DF no caso do CAS/DF)?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
O Conselho não conhece e não acompanha as metas do pacto de aprimoramento	158	26,4
O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento	258	43,1
O Conselho conhece, mas não acompanha as metas do pacto de aprimoramento	182	30,4
Total	598	100,0

Questão 31_ O Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2014?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	197	32,9
Sim	401	67,1
Total	598	100,0

Questão 32_ O Conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não fiscaliza	33	5,5
Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS	147	24,6
Sim, apenas a rede socioassistencial privada do SUAS	27	4,5
Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS	391	65,4
Total	598	100,0

Questão 33_ Se sim, informe como a fiscalização é realizada:

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Por meio de visitas	114	20,2

Por meio de análise de relatórios	95	16,8
Ambas as formas	356	63,0
Total	565	100,0

Questão 34_ O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não, as fiscalizações são realizadas somente mediante denúncia	213	37,7
Sim	352	62,3
Total	565	100,0

Questão 35_ Quando solicitado pelo Conselho é disponibilizada, pelo Fundo Municipal de Assistência Social (ou Estadual, no caso de CEAS ou CAS/DF), informação detalhada e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo referi...

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	12	2,0
Sim	586	98,0
Total	598	100,0

Questão 36_ Com que Quantidade de Conselhos o gestor apresenta ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não apresenta	7	1,2
Mensalmente	54	9,0
Bimestralmente	50	8,4
Trimestralmente	102	17,1
Quadrimestralmente	8	1,3
Semestralmente	229	38,3
Anualmente	148	24,7
Total	598	100,0

Questão 37 – O Conselho aprecia e emite parecer sobre:

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
q37_1_ O Plano de Ação Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social	563	94,1%

q37_2_O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira (prestação de contas)	581	97,2%
q37_3_Os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do Fundo de Assistência Social	535	89,5%

Questão 38_ O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	189	31,6
Sim	409	68,4
Total	598	100,0

Questão 40_ O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto nº 6.307/07 e Resolução CNAS nº 39/10)

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	482	80,6
Sim	116	19,4
Total	598	100,0

Questão 41_ O Conselho é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	149	24,9
Sim	449	75,1
Total	598	100,0

Questão 42_ O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	118	19,7
Sim	480	80,3
Total	598	100,0

Questão 43_ O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite ? CIB e da Comissão Intergestora Tripartite ? CIT?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
--	-------------------------	----------------

Não	227	38,0
Sim, com regularidade	87	14,5
Sim, sem regularidade	284	47,5
Total	598	100,0

Questão 44_ O Conselho acompanha os processos de pactuação do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Estadual de Assistência Social, no caso de municípios.

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	162	27,1
Sim, sem regularidade	303	50,7
Sim, com regularidade	133	22,2
Total	598	100,0

Questão 45_ O Conselho conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
O Conselho não conhece e não acompanha o cumprimento do Plano Decenal	105	17,6
O Conselho conhece, mas não acompanha o cumprimento do Plano Decenal	264	44,1
O Conselho conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal	229	38,3
Total	598	100,0

Questão 46 – Com que frequência esse Conselho:

	Nunca	Mensalmente	Trimestralmente	Semestralmente	Anualmente
q46a_Recebe Denúncia	325	18	49	84	122
q46b_Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	216	18	97	103	164
q46c_Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	456	3	24	40	75
q46d_Realiza ações de mobilização social	296	5	24	92	181
q46e_Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	64	24	119	223	168
q46f_Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	336	27	89	59	87

Questão 47_ Atualmente, quantas entidades possuem Inscrição no Conselho?

Porte SUAS_população 2010	N	Soma
Pequeno I	357	598,0
Pequeno II	118	766,0
Médio	48	548,0
Grande	72	1725,0
Metrópole	3	900,0
Total	598	4537,0

Questão 48 – Considerando a Resolução CNAS nº 16/2010 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios:

	Não		Sim	
	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
q48a_ O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF), a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	346	57,9%	252	42,1%
q48b_ O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios?	177	29,6%	421	70,4%
q48c_ O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	453	75,8%	145	24,2%
Número de conselhos que responderam			598	

Questão 49_ O Conselho acompanha o cumprimento das deliberações da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social de 2013?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não acompanha	103	17,2
Sim, por outros meios	183	30,6
Sim, através de relatórios de gestão	143	23,9
Sim, por meio de comissão não específica	63	10,5
Sim, por meio de comissão específica constituída para tal fim	106	17,7
Total	598	100,0

Questão 50_ No ano de 2013, os conselheiros fizeram algum curso de capacitação presencial para o auxílio de sua função?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	360	60,2
Sim, alguns conselheiros	198	33,1
Sim, todos os conselheiros	40	6,7
Total	598	100,0

Questão 51 – Quem promoveu os cursos presenciais realizados pelos conselheiros no ano de 2013?

	Sim	Percentual (%)
q51_1_Gestor Municipal	146	61,3%
q51_2_Gestor Estadual	86	36,1%
q51_3_Gestor Federal (MDS)	45	18,9%
q51_4_Próprio Conselho	36	15,1%
q51_99_Outros	17	7,1%
Número de Conselhos que responderam	238	

Questão 52_ No ano de 2013 os conselheiros fizeram algum curso de capacitação à distância para o auxílio de sua função?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	471	78,8
Sim, alguns conselheiros	124	20,7
Sim, todos os conselheiros	3	0,5

Total	598	100,0
Questão 53 – Quem promoveu os cursos à distância realizados pelos conselheiros no ano de 2013?		
	Sim	Percentual (%)
q53_1_Gestor Municipal	17	13,4%
q53_2_Gestor Estadual	65	51,2%
q53_3_Gestor Federal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS)	73	57,5%
q53_4_Próprio Conselho	1	0,8%
q53_99_Outros	15	11,8%
Número de Conselhos que responderam	127	

BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Questão 54_Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
1 ano	15	2,5
2 anos	539	90,3
3 anos	20	3,4
4 anos ou mais	23	3,9
Total	597	100,0

Questão 55_Quantas vezes cada Conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não está estabelecido no regimento, nem na lei de criação do conselho	32	5,4
1 vez	457	76,4
2 vezes	99	16,6
3 vezes	3	0,5
Mais de 4 vezes	7	1,2
Total	598	100,0

Questão 56_ O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	14	2,3
Sim	584	97,7
Total	598	100,0

Questão 57_ Há alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	133	22,2
Sim	465	77,8
Total	598	100,0

Questão 58_ Os representantes da sociedade civil no Conselho são:

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim	363	60,7
Indicados pelo poder público	72	12,0
Uma combinação dos dois	163	27,3
Total	598	100,0

Questão 59_1_ O próprio usuário

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	312	52,2
Sim	286	47,8
Total	598	100,0

Questão 59_2_ Os representantes e organizações de usuários

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	183	30,6
Sim	415	69,4
Total	598	100,0

Questão 60 – Quais são as áreas que compõem a representação governamental

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
q60_1_Assistência Social	593	99,2%
q60_2_Saúde	586	98,0%
q60_3_Educação	585	97,8%
q60_4_Trabalho e Emprego	53	8,9%
q60_5_Fazenda	155	25,9%
q60_6_Habitação	57	9,5%
q60_7_Planejamento	86	14,4%
q60_8_Assessoria/Gabinete da Prefeitura	118	19,7%
q60_99_Outra	323	54,0%
Número de Conselhos que responderam	598	

Questão 61 – Os representantes de usuários ou organizações de usuários são:

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
q61_1_Beneficiários do Programa Bolsa Família	218	36,5%
q61_2_Beneficiário ou família de beneficiários do BPC ? Benefício de Prestação Continuada	78	13,0%
q61_3_Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica	341	57,0%
q61_4_Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial	133	22,2%
q61_5_Representante de associação comunitária ou de moradores	231	38,6%
q61_6_Representante de fórum ou coletivo de usuários	56	9,4%
q61_99_Outros	146	24,4%
Número de Conselhos que responderam	598	

Questão 62_ O conselho tem comissões permanentes?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	424	70,9
Sim	174	29,1
Total	598	100,0

Questão 63 – Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente nesse conselho?

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
q63_1_Comissão de normas	63	36,2%
q63_2_Comissão de política	36	20,7%
q63_3_Comissão de financiamento	69	39,7%
q63_5_Comissão de ética	15	8,6%
q63_6_Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, etc.)	69	39,7%
q63_7_Comissão de fiscalização/monitoramento/cadastro de entidades	106	60,9%
q63_8_Comissão de comunicação	13	7,5%
q63_99_Outras	39	22,4%
Número de Conselhos que responderam		174

Questão 64 – Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros

	Conselheiros Titulares	Conselheiros Suplentes	Conselheiros representantes do governo	Conselheiros representantes da sociedade civil
Soma	5.612	5.566	4.143	4.181
Média	9,38	9,31	6,94	7,00

Questão 65_paritário

	Quantidade de Conselhos	Percentual (%)
Não	31	5,2
Sim	567	94,8
Total	598	100,0

ANEXO B – TABELAS CONSELHO ESTADUAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas, com os dados agregados do Censo SUAS 2014 - Questionário Conselho Estadual para o Estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

IDENTIFICAÇÃO

Nome que identifica o Conselho	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Selecione o Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc):	Rua
Endereço:	RUA GUAIANASES
Número:	1058
Bairro:	CAMPOS ELÍSEOS
Ponto de Referência:	AO LADO DO TERMINAL PRINCESA ISABEL
CEP:	01204-001
Município:	São Paulo
Telefone:	(11) 3337-0838
Fax:	(11) 3225-9680

BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Lei de criação e regimento interno

q1_ Informe o ano de publicação da Lei que criou o Conselho:	1995
q2_ Houve alteração da Lei original por alguma Lei posteriormente aprovada?	Não
q3_ Caso sim, informe o ano da Lei que alterou a Lei original de criação do Conselho:	-
q4_ Esse conselho possui regimento interno?	Sim
q5_ Caso sim, informe o ano da última atualização do Regimento:	2012

Recursos e local de funcionamento

q7_Na lei orçamentária de 2014 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?	Sim
q8_Os 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) são destinados a custear despesas do funcionamento do Conselho?	Sim
q9_O Conselho possui local/sede específico para o seu funcionamento?	Sim
q10_No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades?	Sim

q6_Quais conteúdos estão previstos nas normativas do Conselho e em que instrumento está normatizado?

	Lei do Conselho	Regimento Interno	Outras Normativas	Não está normatizado
Processo de eleição da Presidência e Vice-Presidência	Sim	Sim	Não	Não
Processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil	Sim	Sim	Não	Não
Alternância na Presidência do Conselho entre representantes do governo e da sociedade civil	Não	Sim	Não	Não
Trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos	Não	Sim	Não	Não
Atribuições da Presidência do Conselho	Não	Sim	Não	Não
Atribuições da Vice-Presidência do Conselho	Não	Sim	Não	Não
Atribuições da Secretaria Executiva do Conselho	Não	Sim	Sim	Não
Quantidade de vagas destinadas a representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil	Sim	Sim	Não	Não
Quantidade de vagas destinadas a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil	Sim	Sim	Não	Não
Quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil	Sim	Sim	Não	Não
Quantidade de vagas destinadas a representantes de gestores municipais de assistência social na representação do governo a serem escolhidos no colegiado estadual de gestores municipais de assistência social – COEGEMAS	Sim	Sim	Não	Não

Continua

Continuação

	Lei do Conselho	Regimento Interno	Outras Normativas	Não está normatizado
Periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário	Não	Sim	Não	Não
Prazo para aprovação do Calendário anual de reuniões ordinárias	Não	Sim	Não	Não
Procedimentos para criação de grupos de trabalho temporários e permanentes	Não	Sim	Não	Não
Formas de funcionamento das comissões permanentes	Não	Sim	Não	Não
Antecedência de divulgação da pauta das reuniões ordinárias	Não	Sim	Não	Não
Forma de publicização (modo pelo qual a sociedade pode tomar conhecimento da informação pública) das atas do Conselho	Não	Sim	Não	Não
Meio em que são publicadas as resoluções do Conselho (diário oficial, jornal etc)	Sim	Sim	Não	Não
Os temas que devem ser regulados por meio de Resolução desse conselho	Sim	Sim	Não	Não
A indicação das condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno	Não	Sim	Não	Não

Recursos e local de funcionamento

q7_ Na lei orçamentária de 2014 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?	Sim
q8_ Os 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) são destinados a custear despesas do funcionamento do Conselho?	Sim
q9_ O Conselho possui local/sede específico para o seu funcionamento?	Sim
q10_ No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades?	Sim

q11_ Unidades ou instituições que funcionam no prédio:

q11_1_ Secretaria de Assistência Social ou congênere	Não
q11_2_ Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Sede de Governo, Administração Regional, etc)	Não
q11_3_ CRAS ? Centro de Referência de Assistência Social	Não
q11_4_ CREAS ? Centro de Referência Especializado de Assistência Social	Não
q11_5_ Outra unidade pública de serviços da Assistência Social	Não
q11_6_ Unidade de Saúde	Não
q11_7_ Escola	Não
q11_8_ Associação Comunitária	Não
q11_9_ ONG/Entidade	Não
q11_10_ Conselho Tutelar	Não
q11_11_ Outros Conselhos	Sim
q11_99_ Outros	Não

q12_Salas de uso exclusivo e de uso compartilhado do Conselho (quando existir)

	Quantidade
q12a_Salas de uso exclusivo do Conselho com capacidade de no máximo 15 pessoas	8
q12b_Salas de uso exclusivo do Conselho para mais de 15 pessoas	4
q12c_Salas de uso compartilhado com capacidade de no máximo 15 pessoas	8
q12d_Salas de uso compartilhado para mais de 15 pessoas	4

Estrutura

q12e_Quantidade de Banheiros:	4
q12f_Possui Recepção?	Sim

q13_Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas idosas

q13a_Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho	Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT NBR9050
q13b_Rota acessível aos espaços do Conselho (recepção, salas de reunião e espaços de uso coletivo)	Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT NBR9050
q13c_Rota acessível ao banheiro	Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT NBR9050
q13d_Banheiro adaptado para pessoas com deficiência	Sim, de acordo com a Norma da ABNT NBR9050

q14_ Equipamentos disponíveis na unidade

q14_1_Telefone de uso exclusivo do Conselho	Sim
q14_2_Telefone de uso compartilhado	Não
q14_3_Material de Escritório	Sim
q14_4_Equipamento de som	Sim
q14_5_Televisão (TV)	Sim
q14_6_DVD/Vídeo Cassete	Sim
q14_7_Fax	Sim
q14_8_Datashow	Sim
q14_9_Máquina Fotográfica	Sim
q14_10_Veículo de uso exclusivo	Não
q14_11_Veículo de uso compartilhado	Sim
q14_12_Acervo bibliográfico	Sim
q14_14_Máquina Copiadora	Sim
q14_15_Filmadora	Não
q14_16_Impressora	Sim

q15_Quantidade de computadores de uso exclusivo e de uso compartilhado do Conselho

q15a_Indique a quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho:	10
q15b_Quantos dos computadores de uso exclusivo do Conselho estão conectados à internet	10
q15c_Indique a quantidade total de computadores de uso compartilhado:	0
q15d_Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à internet:	0

BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA

Secretaria e secretária executiva

q16_O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?	Sim
q17_1_Quantidade de funcionários exclusivos da Secretaria Executiva do Conselho	5
q17_2_Quantidade de funcionários não exclusivos da Secretaria Executiva do Conselho	0
q18_Atualmente, há uma pessoa designada para ocupar o cargo de Secretário Executivo do Conselho?	Sim
q19_O(a) Secretário(a) Executivo(a) trabalha exclusivamente no Conselho?	Sim
q20_Qual a escolaridade do responsável pela Secretaria Executiva?	Nível Superior Completo

BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Funcionamento e reuniões

q21_1_Horário de funcionamento - dias por semana	5 dias por semana
q21_2_Horário de funcionamento - horas por dia	8 horas por dia
q22_O Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?	Sim
q23_Considerando todas as reuniões plenárias do Conselho (ordinárias e extraordinárias), quantas reuniões foram realizadas no ano de 2013?	11
q24_As reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Conselho são registradas em ata?	Todas as reuniões são registradas em ata

q25_De que forma as atas do Conselho são publicizadas (tornam-se de conhecimento para a sociedade)?

q25_0_Não são publicizadas	Não
q25_1_Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária	Sim
q25_2_São enviados aos Conselheiros e/ou suas entidades	Sim
q25_3_São enviados às entidades de Assistência Social que não estão representadas no conselho	Não
q25_4_São enviados aos representantes e organizações de usuários que não estão representadas no conselho	Não
q25_5_São enviados às organizações e entidades de trabalhadores do setor que não estão representadas no conselho	Não
q25_6_Disponibilizados no site do Conselho	Sim
q25_7_Em Boletins produzidos pela área de assistência social	Não

Deliberações e resoluções

q26_As deliberações/resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial?	Todas as deliberações resoluções são publicadas
--	---

Plano de Assistência Social

q27_O município (ou estado no caso de CEAS, ou DF no caso do CAS/DF), tem Plano de Assistência Social?	Sim
q28_O Conselho deliberou sobre o Plano de Assistência Social do município (ou do Estado no caso do CEAS, ou do DF no caso do CAS/DF)?	Sim

q29_Temas discutidos pelo Conselho em 2013

q29_1_Plano de Ação	Sim
q29_2_Demonstrativo de Execução Físico-Financeira	Sim
q29_3_Plano de Assistência Social	Sim
q29_4_Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	Sim
q29_5_Financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais	Sim
q29_6_Deliberações da(s) Conferência(s)	Sim
q29_7_Planejamento das atividades do Conselho	Sim
q29_8_Acompanhamento do Programa Bolsa Família	Sim
q29_9_Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada	Sim
q29_10_Inserção de usuários do BPC no BPC na escola e no BPC trabalho	Sim
q29_11_Benefícios eventuais	Sim
q29_12_Implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica	Sim
q29_13_Implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial	Sim
q29_14_Inscrição de entidades de assistência social	Sim
q29_15_Fiscalização da oferta de serviços públicos e privados de assistência social	Sim
q29_16_Mobilização de usuários da Assistência Social para integração ao mundo do trabalho	Não
q29_17_Intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social	Sim
q29_18_Participação popular e mobilização social	Sim
q29_19_Capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros	Sim
q29_20_Utilização de no mínimo 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades do Conselho	Sim
q29_21_Avaliação da evolução do SUAS no âmbito municipal ou estadual	Sim
q29_22_Denúncias	Sim
q29_99_Outros	Não

Orçamento, fiscalização dos serviços

q30_O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento em seu município (ou no Estado no caso de CEAS, ou no DF no caso do CAS/DF)?	O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento
q31_O Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2014?	Sim
q32_O Conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS?	Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS
q33_Se sim, informe como a fiscalização é realizada:	Por meio de análise de relatórios
q34_O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?	Sim

Fundo de Assistência Social, Plano de Ação Municipal

q35_Quando solicitado pelo Conselho é disponibilizada, pelo Fundo Municipal de Assistência Social (ou Estadual, no caso de CEAS ou CAS/DF), informação detalhada e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo referi...	Sim
q36_Com que frequência o gestor apresenta ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social?	Trimestralmente

q37_ Parecer emitidos pelo Conselho

q37_1_O Plano de Ação Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social	Sim
q37_2_O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira (prestação de contas)	Sim
q37_3_Os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do Fundo de Assistência Social	Sim

O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades e municípios?

q38_ O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades?	Sim
q39_ O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para municípios?	Não

q40_ Regulamentação dos Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto 6307/2007 e Resolução 39/2010)

q40_ O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto nº 6.307/07 e Resolução CNAS nº 39/10).	Não
--	-----

O Conselho como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família

q41_ O Conselho é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?	Sim
q42_ O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?	Sim

Acompanhamento da CIB, CIT, CNAS, CONSEAS e Plano Decenal

q43_ O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite ? CIB e da Comissão Intergestores Tripartite ? CIT?	Sim, com regularidade
q44_ O Conselho acompanha os processos de pactuação do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Estadual de Assistência Social, no caso de municípios.	Sim, com regularidade
q45_ O Conselho conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social?	O Conselho conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal

q_46 Com que frequência esse Conselho:

q46a_Recebe Denúncia	Mensalmente
q46b_Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	Semestralmente
q46c_Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	Semestralmente
q46d_Realiza ações de mobilização social	Semestralmente
q46e_Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	Nunca
q46f_Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	Nunca

Nota Explicativa: Os dados relativos à questão q_47 (total de entidades que possuem inscrição no Conselho Estadual) para todo o Brasil não foram divulgados pelo MDS por que se mostraram inconsistentes. Segundo o órgão, ocorreu um decréscimo abrupto do número de entidades com inscrição no Conselho Estadual em relação ao obtido no Censo SUAS 2013. Uma vez que não há garantia da qualidade desse dado, optaram por não o divulgar.

q_48 Considerando a Resolução CNAS nº 16/2010 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios:

q48a_O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF), a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	Sim
q48b_O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios?	Não
q48c_O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	Não

Acompanhamento das deliberações da conferência

q49_ O Conselho acompanha o cumprimento das deliberações da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social de 2013?	Sim, por meio de comissão não específica
--	--

Capacitação presencial de conselheiros

q50_ No ano de 2013, os conselheiros fizeram algum curso de capacitação presencial para o auxílio de sua função?	Sim, alguns conselheiros
--	--------------------------

q51_ Quem promoveu os cursos presenciais realizados pelos conselheiros no ano de 2013?

q51_1_ Gestor Municipal	Não
q51_2_ Gestor Estadual	Sim
q51_3_ Gestor Federal (MDS)	Sim
q51_4_ Próprio Conselho	Sim
q51_99_ Outros	Não

Capacitação à distância de conselheiros

q52_ No ano de 2013 os conselheiros fizeram algum curso de capacitação à distância para o auxílio de sua função?	Sim, alguns conselheiros
--	--------------------------

q53_ Quem promoveu os cursos à distância realizados pelos conselheiros no ano de 2013?

q53_1_ Gestor Municipal	Não
q53_2_ Gestor Estadual	Não
q53_3_ Gestor Federal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ? MDS)	Sim
q53_4_ Próprio Conselho	Não
q53_99_ Outros	Não

BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Eleição e Mandato de Conselheiros, Presidente e Vice-presidente

q54_ Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho?	3 anos
q55_ Quantas vezes cada Conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)?	1 vez
q56_ O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?	Sim
q57_ Há alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil?	Sim
q58_ Os representantes da sociedade civil no Conselho são:	Eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim

q59_ Para o segmento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil?

q59_1_ O próprio usuário	Não
q59_2_ Os representantes e organizações de usuários	Sim

q60_Quais são as áreas que compõem a representação governamental

q60_1_Assistência Social	Sim
q60_2_Saúde	Sim
q60_3_Educação	Sim
q60_4_Trabalho e Emprego	Sim
q60_5_Fazenda	Não
q60_6_Habitação	Sim
q60_7_Planejamento	Sim
q60_8_Assessoria/Gabinete da Prefeitura	Não
q60_99_Outra	Sim
q60_Especifique as áreas que compõem a representação governamental:	Sec. Justiça e Defesa da Cidadania, Fundo Social de Solidariedade, Assembleia Legislativa, Segurança Pública, Casa Civil, Universidade Pública Estadual.

q61_Os representantes de usuários ou organizações de usuários são:

q61_1_Beneficiários do Programa Bolsa Família	Não
q61_2_Beneficiário ou família de beneficiários do BPC ? Benefício de Prestação Continuada	Não
q61_3_Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica	Não
q61_4_Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial	Não
q61_5_Representante de associação comunitária ou de moradores	Não
q61_6_Representante de fórum ou coletivo de usuários	Sim
q61_99_Outros	Não

Comissões permanentes

q62_O conselho tem comissões permanentes?	Sim
---	-----

q63_ Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente nesse conselho

q63_1_ Comissão de normas	Sim
q63_2_ Comissão de política	Sim
q63_3_ Comissão de financiamento	Sim
q63_4_ Comissão de acompanhamento de conselhos	Sim
q63_5_ Comissão de ética	Sim
q63_6_ Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, etc.)	Sim
q63_7_ Comissão de fiscalização/monitoramento/cadastro de entidades	Não
q63_8_ Comissão de comunicação	Não
q63_99_ Outras	Não

q64 e 65_ Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros?

	Quantidade
q64_1_ Conselheiros Titulares	24
q64_2_ Conselheiros Suplentes	24
q65_1_ Conselheiros representantes do governo	12
q65_2_ Conselheiros representantes da sociedade civil	12

BLOCO 7 – CONSELHEIROS

q66_3_Sexo

	Quantidade de Conselheiros	Percentual (%)
Feminino	32	86,5
Masculino	5	13,5
Total	37	100,0

q66_4_Escolaridade

	Quantidade de Conselheiros	Percentual (%)
Fundamental Completo	1	2,7
Médio Completo	2	5,4
Superior Completo	32	86,5
Especialização	2	5,4
Total	37	100,0

q66_5_Representação

	Quantidade de Conselheiros	Percentual (%)
Representante de usuários	1	2,7
Representante de organização de usuários	1	2,7
Representante de entidades de assistência social	11	29,7
Representação das entidades dos trabalhadores do setor	2	5,4
Representante do Governo	22	59,5
Total	37	100,0

D66_2_categoria_Idade (faixas etárias)

	Quantidade de Conselheiros	Percentual (%)
Até 29 anos	1	2,7
De 30 a 39 anos	6	16,2
De 40 a 49 anos	8	21,6
50 anos ou mais	22	59,5
Total	37	100,0

q66_5_Representação dos conselheiros titulares

	Quantidade de Conselheiros	Percentual (%)
D66_5bin1_Representante de usuários e organização de usuários	2	5,4%
D66_5bin2_Representante de Entidades de Assistência Social	11	29,7%
D66_5bin3_Representante das entidades dos trabalhadores do setor	2	5,4%
D66_5bin4_Representante do Governo	22	59,5%
Total	37	100,0%

CENSO SUAS
CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAL – ESTADO DE SÃO PAULO
Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE

infosocial@sp.gov.br

